efeito o pessoal de que careça de entre os indivíduos a que se refere o artigo anterior e conforme a natureza dos serviços e a localidade onde devam ser prestados.

Art. 4.º Os inspectores, sub-inspectores e assistentes terão direito a uma remuneração eventual, que pode ser acumulada com quaisquer vencimentos ou salários que recebam do Estado, e regulada pela tabela anexa a este decreto.

§ único. Os inspectores ou sub-inspectores que sejam engenheiros agrónomos, licenciados em agronomia, naturalistas ou regentes agrícolas, ao serviço exclusivo da Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica, só receberão remuneração especial (em harmonia com a tabela anexa) quando efectuarem trabalhos a menos de 5 quilómetros da sede, fora das horas regulamentares e aos domingos e feriados.

Art. 5.º As despesas com ajudas de custo, subsídios de marcha e transportes a abonar ao pessoal ao serviço da Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica sê-lo-ão, conforme a sua categoria, como segue:

a) As deslocações de mais de 5 quilómetros fora da sua residência oficial ou da localidade fixada pela Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica para cada funcionário, como centro da sua actividade e por períodos iguais ou superiores a vinte e quatro horas, dão direito ao abono diário de 40\$ para os inspectores, 30\$ para os sub-inspectores e 15\$ para os assistentes, com a aplicação do disposto no artigo 11.º do decreto n.º 22:789, de 30 de Junho de 1933;

b) Quando os técnicos saíam e regressem no mesmo dia ao centro da sua actividade terão direito ao abono diário de 20\$ para os inspectores, 16\$ para os sub-inspectores e 10\$ para os assistentes;

c) Nas saídas de mais de um dia, em que o funcionário regresse ao centro da sua actividade antes das vinte horas, não receberá, no dia do regresso, senão o abono de 20\$ para os inspectores, 16\$ para os sub-inspectores e 10\$ para os assistentes;

d) Para percursos a pé os subsídios de marcha são de 1\$70 por quilómetro;

e) Os transportes em caminho de ferro serão sempre requisitados às respectivas companhias, por meio de requisições do modelo oficial;

f) Para percursos que não possam ser efectuados por caminho de ferro utilizar-se-ão camionetas de carreira; o funcionário que utilizar este meio de transporte deverá apresentar o respectivo bilhete da empresa transportadora;

g) O automóvel ligeiro de aluguer só será empregado quando não haja outro meio de transporte mais económico; o funcionário que utilizar este meio de transporte deverá apresentar um recibo do transportador, devidamente selado e assinado, preenchido a tinta, e por ele rubricado.

Art. 6.º Em domingos e dias feriados a tarifa das remunerações será dobrada, ficando a cargo dos interessados 50 por cento do pagamento; este será efectuado, contra recibo, directamente à Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica, que entregará aos funcionários as quantias que lhes competem.

Art. 7.º Este decreto substitue o decreto-lei n.º 23.939, de 31 de Maio de 1934.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Outubro de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

Tabela de remunerações eventuais

Inspectores:	
Pela primeira hora de serviço efectivo ou fracção	12\$00
Por cada hora (ou fracção) suplementar, quando o serviço fôr executado no mesmo local	8\$00
Sub-inspectores:	
Pela primeira hora de serviço efectivo ou fracção	10\$00
Por cada hora (ou fracção) suplementar, quando o serviço fôr executado no mesmo local	6\$00
Quando um inspector ou sub-inspector executar dois ou mais serviços em locais diferentes no decorrer de uma hora, o primeiro será pago pela tarifa de primeira hora e os outros pela tarifa de horas suplementares.	
Assistentes:	
Quando a assistência fôr durante oito horas ou mais de quatro	15\$00
Quando fôr menos desse tempo	8\$00

Serviços que, pela sua natureza, se devam prolongar por um ou mais dias serão pagos como segue:

Inspectores:	
Um dia	45\$00
Sub-inspectores:	
Um dia	30\$00

Ministério da Agricultura, 7 de Outubro de 1935.—
O Ministro da Agricultura, *Rafael da Silva Neves Duque*.

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Decreto-lei n.º 25:916

Havendo necessidade de providenciar quanto à cobrança das taxas criadas pelo decreto-lei n.º 25:425, de 29 de Maio de 1935, de multas e quaisquer prestações em dívida ao Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As importâncias resultantes da aplicação da taxa a que se refere o artigo 13.º do decreto-lei n.º 25:425, de 29 de Maio de 1935, e bem assim as das multas e de quaisquer prestações devidas pelos associados ao Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, serão cobradas pelos tribunais comuns e pelo processo das execuções fiscais, a requerimento da direcção do Grémio.

Art. 2.º O certificado de dívida passado pela direcção tom força executória para os efeitos do disposto no artigo anterior.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Outubro de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 25:917

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e me-

diante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Agricultura, um crédito especial da quantia de 146.583\$, destinado à Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica, para ocorrer ao pagamento das despesas resultantes com a execução do decreto-lei n.º 25:326, de 14 de Maio do corrente ano, no período suplementar a que se refere o decreto-lei n.º 25:299, de 6 do mesmo mês e ano, devendo a mesma importância ser adicionada às dotações das rubricas abaixo designadas do orçamento em vigor no corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios como segue:

Capítulo 4.º, artigo 55.º, n.º 2)	37.812\$00
Capítulo 4.º, artigo 55.º, n.º 3)	3.771\$00
Capítulo 4.º, artigo 56.º, n.º 5)	60.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 57.º, n.º 1)	45.000\$00
	<u>146.583\$00</u>

Art. 2.º São auuladas no mesmo orçamento as seguintes quantias:

Capítulo 2.º, artigo 19.º, n.º 1)	31.002\$00
Capítulo 2.º, artigo 19.º, n.º 2)	14.385\$00
Capítulo 4.º, artigo 55.º, n.º 1)	101.196\$00
	<u>146.583\$00</u>

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Outubro de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Henrique Linhares de Lima*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa*—*Anibal de Mesquita Guimarães*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Duarte Pacheco*—*José Silvestre Ferreira Bossa*—*Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação*—*Sebastião Garcia Ramires*—*Rafael da Silva Neves Duque*.